

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

Edição nº 629

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletim	2
Editais	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Avisos de licitações	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletim	2
Editais	4

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado	5
------------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº629

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 100/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

CONCEDER

- o abono de permanência previsto no Artigo 2º da Emenda Constitucional 41/2003, ao Dr. JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO, Promotor de Justiça, ID nº 3424898, a contar de 01 de novembro de 2010, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00864.00067/2010-1 - Port. 0242/2011).

AUTORIZAR

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento nº 11/2008, AUTORIZA o Dr. ADRIANO LUÍS DE ARAUJO, ID nº 3443434, Promotor de Justiça de Getúlio Vargas, a residir na cidade de Erechim/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00780.00010/2011-0 - Port. 0232/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 045/2011 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Canguçu, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00738.00050/2008, em que investigado Nilton Cunha dos santos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 046/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de eventuais irregularidades na contratação, pela CEEE, da Empresa Systemakers Informática Ltda., no expediente RD nº 00829.00592/2010, em que interessada pessoa não identificada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 101/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

ALTERAR

- o nome da servidora Roselí Gomes da Silveira, ID nº 3436527, para ROSELÍ GOMES DA SILVEIRA DO AMARAL, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico nº 04/2011 (Processo nº 000132-09.00/11-6) **Tipo:** Menor Preço por item. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de impressoras policromáticas portáteis com bateria e tecnologia jato de tinta, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 03/03/2011, às 14 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 03/03/2011, às 15 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Edital disponível na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2011.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 02/2011 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil nº 04/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo/RS, com a finalidade de apurar a situação e as medidas necessárias para a preservação do prédio situado na Rua Marquês do Herval, nº 1215, esquina com a Rua Sete de Setembro, no Município de Santo Ângelo, tendo como investigado o Município de Santo Ângelo/RS.



02) Inquérito Civil nº 03/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar se o Plano Diretor do Município de Xangri-Lá está adequado ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), tendo como investigado o Município de Xangri-Lá/RS.

03) Inquérito Civil nº 04/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar a existência e comercialização de um Condomínio Residencial em Atlântida, Xangri-lá/RS, que não possui o necessário registro de incorporação imobiliária, projeto arquitetônico aprovado pelo Município e licença de instalação a ser emitida pela FEPAM, tendo como investigados Rossi Residencial S/A, Porto Alegre/RS, e GEA Balneários S/A, com sede no Município de Xangri-lá/RS.

04) Inquérito Civil nº 09/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar a situação de um Bar localizado na Avenida José Serafim de Souza, em frente à Estação Rodoviária de Capão da Canoa, que ocupa o passeio público com mesas, cadeiras, forno para assar frangos, ainda, comercializa alimentos e bebidas em péssimas condições de higiene, tendo como investigado o Sr. Luiz Alberto Oliveira.

05) Inquérito Civil nº 01/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Casca/RS, com a finalidade de apurar possível implementação de loteamento irregular, tendo como investigado o Sr. Cleo Mario Batista Marques Xavier.

06) Inquérito Civil nº 01/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Fabio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI e de alvará de localização e funcionamento da SMIC e funcionamento de acordo com alvará expedido, do estabelecimento denominado 'Restaurante Vandi' - razão social 'Ieda Maria Pizzani', localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 842, Bairro Cidade Baixa, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados o estabelecimento comercial "Restaurante Vandi" - razão social "Ieda Maria Pizzani" e o Município de Porto Alegre/RS.

07) Inquérito Civil nº 02/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em face da possível queda de poste localizado no Acesso dos Lírios (antigo Acesso 17), na altura do número 99, Morro Santa Tereza, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

08) Inquérito Civil nº 03/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da negligência do Município de Porto Alegre, quanto à ocorrência de alagamento e ausência de drenagem pluvial e cloacal, no trecho da Av. Belém Velho, a partir da rótula com as Avenidas Cristiano Kramer e Monte Cristo, até a segunda curva da Av. Belém Velho, após o nº 2205, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

09) Inquérito Civil nº 04/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ocupação indevida do passeio público na Rua João Alfredo, nº 709, esquina com a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o estabelecimento Terreira da Tribo.

10) Inquérito Civil nº 05/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a regularidade dos prédios localizados na Rua Dona Firmina, nº 624, Bairro São José e na Rua Adão Baimo, esquina com a Av. Assis Brasil, antigos Cinema e Bingo Real, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

11) Inquérito Civil nº 06/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar a regularidade do alargamento da Av. Ipiranga, em frente ao Campus da PUC/RS, nº 6.681, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

12) Inquérito Civil nº 07/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na execução de obra no passeio público em frente ao condomínio localizado na Rua Santo Antônio, nº 505, no Município de Porto Alegre, tendo como investigados as empresas PROCEMPA, GVT, Brasil Telecom/Oi, EMBRATEL e o Município de Porto Alegre/RS.

13) Inquérito Civil nº 08/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão dos alagamentos ocorridos na Av. Voluntários da Pátria, na altura do nº 650, Bairro Centro, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

14) Inquérito Civil nº 09/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidades na ocupação (vila) localizada na Rua Barão de Gravataí, em frente ao nº 395, no Município de Porto Alegre, e Rua Baronesa do Gravataí, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

15) Inquérito Civil nº 10/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI no estabelecimento denominado 'Bar Drink', localizado na Rua Conde de Porto Alegre, nº 232, no Município de Porto Alegre, tendo como investigado o estabelecimento denominado Bar Drink.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº629

16) Inquérito Civil nº 06/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo/RS, com a finalidade de apurar possível ocupação de área pública, segmento da Rua Tupa, esquina com a Rua Raul Bocaneira, Bairro Scharlau, no Município de São Leopoldo, tendo como investigado o Sr. Marco Antônio Rodrigues dos Santos.

17) Inquérito Civil nº 31/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo/RS, com a finalidade de apurar a construção de casa populares na Rua Onório Ávila, nº 190, Bairro Jardim América, no Município de São Leopoldo, tendo como investigado o Município de São Leopoldo.

18) Inquérito Civil nº 02/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, da Promotoria de Justiça de Soledade/RS, com a finalidade de apurar irregularidade no parcelamento de imóvel na localidade de Vila Assis, no Município de Fontoura Xavier/RS, tendo como investigada Ivone Stumpf.

19) Peças de Informação nº 04/2011, instauradas pela Promotora de Justiça Daniela Lucca da Silva, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, com a finalidade de apurar a ocorrência de parcelamento clandestino ou irregular em imóvel, localizado na Rua Alcebiades de Moraes, entrada pelo nº 570, distrito Lomba do Sabão, no Município de Viamão/RS, de propriedade de Joni Normann Momo e Hanelore Ely Momo, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Viamão sob nº 46.361, tendo como investigado Joni Normann Momo e Hanelore Ely Momo.

20) Peças de Informação nº 05/2011, instauradas pela Promotora de Justiça Daniela Lucca da Silva, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, com a finalidade de buscar a aplicação de medidas cabíveis com relação à edificação situada na Rua Pixinguinha, nº 384, Bairro São Lucas, no Município de Viamão/RS, tendo em vista a interdição determinada pelo Corpo de Bombeiros, tendo como investigada a Sra. Vanessa da Silva.

21) Peças de Informação nº 06/2011, instauradas pela Promotora de Justiça Daniela Lucca da Silva, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, com a finalidade de buscar a aplicação de medidas cabíveis com relação à edificação situada na Avenida Senador Salgado Filho, nº 5077, Bairro São Lucas, no Município de Viamão/RS, tendo em vista a interdição determinada pelo Corpo de Bombeiros, tendo como investigado Rossandro Barbosa Machado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de Fevereiro de 2011.

LISANDRA DEMARI,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL Nº 02/2011 - SUBINST

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, na forma do art. 4º do Provimento nº 24/2008 e do art. 11 do Provimento nº 33/2008, cientifica que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul homologou a inclusão das seguintes entidades no cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta:

1) Associação Asissense Protetora dos Animais, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, no dia 19 de janeiro de 2011;

2) Brigada Militar – 1º Pelotão Ambiental de Tramandaí, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, no dia 19 de janeiro de 2011;

3) Conselho Comunitário Pró-segurança Pública de Garibaldi, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, no dia 06 de janeiro de 2011;

4) Conselho Comunitário Pró-segurança Pública de Taquara, entidade homologada pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, no dia 24 de janeiro de 2011.

5) CTG Sentinela do Pampa, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, da Promotoria de Justiça de Nonoai, no dia 10 de janeiro de 2011.

6) SEMA/Horto Florestal do Litoral Norte, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, no dia 19 de janeiro de 2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2011.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL Nº 03/2011 – SUBINST

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS cientifica que, como destinatários de recursos oriundos de compromisso de ajustamento de conduta, os seguintes fundos foram cadastrados pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

1) Fundo Municipal de Defesa do Consumidor de Santa Maria;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2011.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº629

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO 002/2011-CGMP

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do § 3º do artigo 4º da Resolução 0002/2009-CGMP, divulga o cronograma das correções ordinárias para março de 2011:

Março		
Dia	Promotoria de Justiça	
10	Porto Alegre	PJ Defesa do Consumidor (1º, 2º e 3º cargos)
14 a 17	Restinga Seca Agudo	Cargo único Cargo único
18	Viamão	PJ Criminal (2º cargo) PJ Substituta com atuação especializada
21 a 23	Farroupilha	1º e 2º cargos
23 a 25	Jaguari	Cargo único
24	Porto Alegre	PJ Fazenda Pública (3º e 5º cargos)
25	Novo Hamburgo	PJ Cível (3º cargo)
28 a 31	Passo Fundo Lagoa Vermelha	PJ Cível (1º, 3º, 4º e 5º cargos) 2º cargo

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de março de 2011.

RUBEN GIUGNO ABRUZZI,

Corregedor-Geral do Ministério Público em exercício.